

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores

Atendendo às disposições da legislação societária, normas pertinentes e estatutárias, submete-se este Relatório da Administração, demonstradas as atividades desenvolvidas pela Companhia no exercício social de 2010 acompanhado dos Pareceres dos Auditores Externos, Conselho Fiscal e da Manifestação do Conselho de Administração para a apreciação dos Senhores Acionistas.

A Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan foi criada em 21 de dezembro de 1965 e instalada oficialmente em 28 de março de 1966 com o objetivo básico de fornecer melhor qualidade de vida e saúde à população com a preservação dos recursos hídricos.

O setor de saneamento básico, no Brasil, teve seu marco regulatório institucionalizado pela Lei 11.445/07. O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, desde essa referência, vem através da Secretaria de Habitação e Saneamento e da CORSAN, originando e fortalecendo as implantações de técnicas de planejamento e gestão corporativa, pautando para o território gaúcho, uma verdadeira revolução quanto à expansão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Pelos números da gestão se verifica investimentos mais relevantes em esgotamento sanitário, embora este não apresente a mesma eficiência no retorno quanto àqueles realizados em água, denotando, assim, o zelo da instituição com a saúde das comunidades e o respeito e cuidados com o meio ambiente.

A Companhia está em um ambiente no qual o mercado é operado através do regime de concessão pública, que entre outros atributos, analisa a capacidade de operação e a qualidade da prestação dos serviços às comunidades, portanto é regido pelo artigo 175 da Constituição Federal, o qual incumbe ao Poder Público na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, através das modalidades de licitação, a prestação de serviços públicos.

O Poder Concedente, que são os municípios, juntamente com as agências reguladoras, em conformidade com o artigo 241 da Constituição, estipulam o caráter especial do contrato e da prorrogação, as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão, os direitos dos usuários, política tarifária e a obrigação de manter serviços adequados.

A Corsan fornece água tratada para 349 localidades, sendo 34 distritos e 315 municípios. Em relação aos serviços de esgotamento sanitário a Companhia possui a concessão em 233 municípios, contabilizando 2.344.690 economias supridas com água tratada e 260.923 economias com coleta de esgoto, o que corresponde há 7 milhões de pessoas, dois terços da população gaúcha, estimada em 10 milhões de habitantes.

No exercício de 2010, a política de gestão da Companhia esteve permanentemente focada na continuidade da implementação do Programa Estruturante Saneamento em Ação do Governo do Estado do RS, definindo uma série de ações e projetos de investimento e de gestão alicerçada em cinco programas de desenvolvimento: Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Desenvolvimento Operacional, Desenvolvimento Comercial e Desenvolvimento Empresarial.

No quadro a seguir apresentamos o demonstrativo de investimentos realizados em 2010, visualizado pelos cinco programas.

Programa	Origem do Recurso		Total
	Próprio	Financiado	
Abastecimento de Água	38.813.218,26	24.338.869,31	63.152.087,57
Esgotamento Sanitário	45.457.737,43	142.987.203,41	188.444.940,84
Desenvolvimento Comercial	20.311.296,94	0,00	20.311.296,94
Desenvolvimento Empresarial	4.849.269,44	0,00	4.849.269,44
Desenvolvimento Operacional	13.626.599,69	6.656.224,48	20.282.824,17
Totais	123.058.121,76	173.982.297,20	297.040.418,96

A realização destas ações e projetos garantiu resultados importantes para o crescimento sustentável, de finanças e de gestão pública, bem como de sustentabilidade ambiental, levando à excelência dos processos corporativos. Dentre o que fora realizado, destacamos:

Na área operacional, foram instalados 143.180 novos hidrômetros, resultando um total de 1.686.490 ligações de água com hidrometração, possibilitando a redução de perdas físicas e de faturamento. Em abastecimento de água foram estendidos a 76.114 novas economias, beneficiando em torno de 199 mil pessoas. O esgotamento sanitário teve um incremento de 14.652 novas economias, beneficiando 37.793 novos indivíduos.

Para estabelecer uma política de relacionamento com o cliente, além do atendimento presencial e pelo site www.corsan.com.br, foi lançado, em março de 2010, o “call center” da empresa, um canal de interatividade com os clientes para solução das demandas operacionais e comerciais.

Em 28 de outubro de 2010, a Companhia de Indústrias Eletroquímicas – CIEL, fornecedora de sulfato de alumínio, foi incorporada à empresa, tornando-se um departamento, o que possibilitou a redução dos custos operacionais e ampliação da atuação da CORSAN no mercado.

Na gestão do capital humano foi consolidada uma política de recursos humanos que contemplou todos os aspectos, englobando admissão, desenvolvimento funcional, crescimento na carreira e desligamento voluntário. Foi realizado concurso público para cargos de nível superior e ingressaram, na Companhia, 935 novos colaboradores, totalizando 5.349 funcionários.

No que tange a responsabilidade social ela é um imperativo indissociável da nossa missão institucional, sendo que a ampliação dos serviços de água e esgotamento sanitário confirma esse compromisso.

A cada obra em andamento é prevista ações de educação ambiental e mobilização social. Nas obras do PAC, o percentual estabelecido para o trabalho socioambiental varia de 1 a 3% dos recursos destinados para obra. O percentual é definido de acordo com o porte do investimento, considerando o impacto ambiental e social que o empreendimento provocará na região do projeto. As atividades realizadas estão registradas nos relatórios de acompanhamento que são entregues aos agentes financiadores para fiscalização e comprovação e encontram-se para consulta na Companhia.

Com recursos próprios, a Corsan investe em projetos institucionais elaborados para a promoção do desenvolvimento sustentável de nossas cidades e em projetos culturais realizados nos municípios, onde a empresa atua. Em 2010, foram 18 projetos aprovados pela Lei Rouanet e outros 94 projetos diretos enviados pelas prefeituras municipais.

As práticas de gestão adotadas resultaram na obtenção e manutenção de certificações e no reconhecimento público, através de prêmios estaduais e nacionais. Entre eles, destacamos o Prêmio Qualidade RS e Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento em diversas categorias e Unidades de Saneamento; Prêmio José Lutzemberger; Prêmio Revista Amanhã e Price WaterhouseCoopers; Prêmio Lennart Levi – categoria empresarial, ISMA BRASIL (International Stress Management Association) pelo programa Saúde do Trabalhador, segundo a análise institucional; selo RA1000 - conferido pelo site Reclame Aqui – melhor qualificação; 1º lugar na categoria empresa pública de marca mais lembrada e preferida na Pesquisa Marcas de Quem Decide.

O corpo de gestores da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN agradece aos acionistas, ao governo do Estado, à Secretaria de Habitação e Saneamento, aos clientes dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, aos empregados, aos órgãos reguladores e fiscalizadores, aos fornecedores e instituições financeiras, pela excelência nos relacionamentos e nos resultados obtidos no exercício findo.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2010.

A Administração da CORSAN

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E EM 01 DE JANEIRO DE 2009

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA			CONSOLIDADO	
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2009	01/01/2009
		(Reapres.)			(Reapres.)	
ATIVO						
CIRCULANTE		298.151	302.842	374.858	305.230	376.257
Caixa e equivalentes de caixa	6	56.532	56.834	147.858	58.695	148.133
Contas a receber de clientes	7	187.240	201.545	189.138	201.693	189.253
Estoques	8	37.805	34.320	28.848	34.881	29.831
Outros créditos	10	16.574	10.143	9.014	9.961	9.040
NÃO CIRCULANTE		2.347.222	2.094.046	1.781.804	2.094.425	1.783.143
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		831.863	1.009.844	927.622	1.009.872	927.678
Depósitos judiciais	21	126.902	148.617	91.063	148.629	91.101
Aplicações no caixa único do estado		8.019	28.278	13.516	28.278	13.516
Ativos financeiros - contratos de concessão	11	368.890	491.495	507.117	491.495	507.117
Créditos fiscais diferidos	9	320.888	335.404	308.431	335.404	308.431
Outros créditos	10	7.164	6.050	7.495	6.066	7.513
INVESTIMENTOS	12	811	9.104	8.286	818	814
IMOBILIZADO	13	91.051	64.901	58.833	73.538	67.588
INTANGÍVEL	14	1.423.497	1.010.197	787.063	1.010.197	787.063
TOTAL		2.645.373	2.396.888	2.156.662	2.399.655	2.159.400

PASSIVO

	Nota Explicativa	CONTROLADORA			CONSOLIDADO	
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2009	01/01/2009
		(Reapres.)			(Reapres.)	
PASSIVO						
CIRCULANTE		368.236	336.080	354.865	336.015	354.606
Empréstimos e financiamentos	16	85.848	68.702	68.196	68.702	68.196
Fornecedores	17	113.836	111.716	79.556	111.196	78.877
Impostos e contribuições		25.899	24.143	24.472	24.369	24.752
Impostos e contribuições - parcelamentos	18	1.132	15.473	28.810	15.473	28.810
Dívidas com Fundação CORSAN	24.b	21.253	34.632	34.233	34.632	34.233
Ordenados, férias e encargos a pagar		35.281	32.199	28.551	32.298	28.638
Participação nos resultados		20.087	17.726	18.527	17.726	18.527
Dividendos e juros sobre o capital próprio	23	54.136	20.607	66.691	20.607	66.691
Outros débitos	19	10.764	10.882	5.829	11.012	5.882
NÃO CIRCULANTE		1.527.499	1.457.110	1.396.769	1.459.942	1.399.646
Empréstimos e financiamentos	16	338.058	339.628	363.431	339.628	363.431
Fornecedores	17	19.727	11.412	16.619	11.412	16.619
Impostos e contribuições - parcelamentos	18	1.509	2.552	16.941	2.552	16.941
Dívidas com Fundação CORSAN	24.b	139.131	137.701	158.877	137.701	158.877
Contratos de repasse do OGU	20	121.801	55.759	-	55.759	-
Provisão para tributos diferidos	9	194.103	176.549	129.956	179.147	132.677
Provisão para contingências	21	220.896	207.433	186.710	207.499	186.820
Provisão para benefício pós-emprego	22	492.274	526.076	524.235	526.076	524.235
Outros débitos		-	-	-	168	46
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		749.638	603.698	405.028	603.698	405.148
Capital social	23.a	503.842	503.842	503.842	503.842	503.842
Reservas de capital	23.b	17.148	17.148	17.148	17.148	17.148
Reservas de lucros	23.e	153.399	125.141	114.188	125.141	114.188
Outros resultados abrangentes		75.249	85.740	97.440	85.740	97.440
Prejuízos acumulados		-	(128.173)	(327.590)	(128.173)	(327.590)
Participação de não controladores		-	-	-	-	120
TOTAL		2.645.373	2.396.888	2.156.662	2.399.655	2.159.400

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
		(Reapres.)		(Reapres.)	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25	1.576.992	1.357.310	1.577.187	1.354.311
Custos das vendas e serviços	26	(1.003.414)	(835.183)	(1.001.735)	(832.597)
LUCRO BRUTO		573.578	522.127	575.452	521.714
Despesas comerciais		(66.333)	(40.828)	(66.391)	(40.868)
Despesas administrativas		(213.881)	(178.106)	(214.748)	(176.278)
Outras receitas / despesas operacionais		(2.320)	(6.074)	(2.178)	(6.188)
Resultado de equivalência patrimonial	12.c	907	1.088	-	-
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	27	(8.884)	36.752	(8.759)	36.840
Receitas financeiras		57.236	91.992	57.363	92.085
Despesas financeiras		(66.120)	(55.240)	(66.122)	(55.245)
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA	9	283.067	334.959	283.376	335.220
Contribuição social		(19.049)	(17.647)	(19.136)	(17.756)
Imposto de renda		(40.136)	(45.871)	(40.358)	(46.146)
Provisão para contribuição social diferida		(3.838)	(7.004)	(3.838)	(7.004)
Provisão para imposto de renda diferido		(22.351)	(13.288)	(22.351)	(13.165)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		197.693	251.149	197.693	251.149
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (em reais)		0,48535	0,61659		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 e 2009**

(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Receitas	1.682.981	1.477.036	1.685.843	1.477.759
Vendas de mercadorias e serviços	1.392.837	1.289.038	1.395.527	1.289.562
Receitas de construção	316.127	188.886	316.127	188.886
Provisão para devedores duvidosos - reversão/constituição	(26.828)	(587)	(26.828)	(587)
Outras receitas	845	(301)	1.017	(102)
Insumos adquiridos de terceiros	(714.051)	(580.488)	(712.011)	(575.086)
Custos dos serviços	(604.199)	(476.058)	(601.723)	(469.810)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(109.415)	(71.862)	(109.851)	(68.287)
Outros	(437)	(32.568)	(437)	(36.989)
Valor adicionado bruto	968.930	896.548	973.832	902.673
Depreciação, amortização e exaustão	50.591	70.771	50.822	70.887
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	918.339	825.777	923.010	831.786
Valor adicionado recebido em transferência	59.698	94.611	58.917	93.616
Receitas financeiras	57.236	91.992	57.362	92.085
Equivalência patrimonial	907	1.088	-	-
Doações e subvenções	1.555	1.531	1.555	1.531
Valor adicionado total a distribuir	978.037	920.388	981.927	925.402
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	415.512	339.894	416.432	340.890
Remuneração	274.575	237.971	275.274	238.692
FGTS	16.918	15.403	16.961	15.453
Benefícios	82.610	60.632	82.788	60.857
Fundo de previdência	41.409	25.888	41.409	25.888
Impostos, taxas e contribuições	279.835	260.645	282.803	264.658
Federal	276.785	255.260	278.137	256.991
Estadual	2.333	4.608	3.949	6.890
Municipal	717	777	717	777
Remuneração de capitais de terceiros	84.997	68.700	84.999	68.705
Despesas financeiras	66.120	55.240	66.122	55.245
Aluguéis	18.877	13.460	18.877	13.460
Remuneração de capitais próprios	197.693	251.149	197.693	251.149
Juros sobre o capital próprio	48.702	38.903	48.702	38.903
Dividendos propostos	3.051	17.609	3.051	17.609
Lucros retidos	17.767	-	17.767	-
Compensação de prejuízos	128.173	194.637	128.173	194.637
Total do valor adicionado distribuído	978.037	920.388	981.927	925.402

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2010	2009	2010	2009
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	197.693	251.149	197.693	251.149
Ajustes para reconciliação:				
Depreciação e amortização	50.591	70.771	50.591	71.253
Equivalência patrimonial	(907)	(1.088)	-	-
Baixa de investimento e imobilizado	116	1.855	116	2.099
Créditos fiscais diferidos	29.473	23.653	29.472	23.530
Provisão para devedores duvidosos	26.828	587	26.828	587
Provisão para contingências	13.456	12.303	13.390	12.259
Provisão para benefício pós-emprego	(33.802)	1.841	(33.802)	1.841
Juros e variações monetárias	24.192	26.611	24.192	26.610
Ajuste a valor presente sobre ativos financeiros	(17.151)	(31.598)	(17.151)	(31.598)
Margem na construção de obras - contratos de concessão	(10.904)	(7.257)	(10.904)	(7.257)
Provisão para perdas de depósitos judiciais	23.434	-	23.434	-
Lucro líquido ajustado	303.019	348.827	303.859	350.473
Variações no ativo:				
Aumento de contas a receber de usuários	(11.481)	(12.994)	(12.523)	(12.994)
Aumento de estoques	(2.013)	(5.472)	(2.924)	(5.050)
Aumento de depósitos judiciais	(1.719)	(57.554)	(1.707)	(57.528)
Redução (aumento) de rendimentos SIAC	20.259	(14.762)	20.259	(14.762)
Redução (aumento) de outros créditos	(7.094)	4.750	(7.556)	5.272
Variações no passivo:				
Aumento de fornecedores	9.922	27.339	10.955	27.150
Aumento (redução) de impostos e contribuições	947	(2.612)	914	(2.631)
Redução de impostos e contribuições - parcelamentos	(15.384)	(29.822)	(15.384)	(29.822)
Redução de dívidas com Fundação CORSAN	(11.949)	(34.643)	(11.949)	(34.643)
Aumento de férias e encargos a pagar	3.073	3.648	2.983	3.660
Aumento de participação nos resultados	2.361	801	2.361	801
Aumento (redução) de outros débitos	(596)	3.450	(416)	3.497
Caixa líquido das atividades operacionais	289.345	230.956	288.872	233.423
Fluxo de caixa das atividades de investimento:				
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(25.339)	(65.722)	(25.637)	(66.333)
Custos de construção - contratos de concessão	(305.223)	(181.629)	(305.223)	(181.629)
Baixa de investimento avaliado pelo custo	-	-	7	-
Dividendos propostos a receber da controlada	-	298	-	-
Reinvestimento de dividendos propostos pela controlada	(298)	(28)	-	-
Caixa líquido das atividades de investimento	(330.860)	(247.081)	(330.853)	(247.962)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:				
Empréstimos e financiamentos - captação	76.045	60.882	76.045	60.882
Empréstimos e financiamentos - pagamento	(84.661)	(91.226)	(84.661)	(91.226)
Contratos de repasse do OGU	66.042	55.759	66.042	55.759
Dividendos/Juros sobre o capital próprio - pagamento	(17.608)	(100.314)	(17.608)	(100.314)
Caixa líquido das atividades de financiamento	39.816	(74.899)	39.816	(74.899)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa incorporados	1.395	-	-	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(302)	(91.024)	(2.163)	(89.438)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	56.532	56.834	56.532	58.695
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	56.834	147.858	58.695	148.133
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(302)	(91.024)	(2.163)	(89.438)
	CONTROLADORA			
	2010	2009		
Itens que não afetam caixa (Nota 2.1)				
Incorporação de contas a receber	1.042	-	-	-
Incorporação de estoques	1.472	-	-	-
Incorporação de outros créditos	444	-	-	-
Incorporação de imobilizado	8.935	-	-	-
Incorporação de passivos	(1.193)	-	-	-
Incorporação de impostos diferidos	(2.597)	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

(Valores expressos em milhares de reais)

	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS					TOTAL	
	CAPITAL SOCIAL	AUXÍLIOS PARA OBRAS	DOAÇÕES E SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA LEGAL	RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS	RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS
Saldos em 1º de janeiro de 2009	503.842	9.262	7.886	102.995	7.715	2	106.471	-	-	738.173
Mudanças em políticas contábeis	-	-	-	(10.837)	-	-	-	5.282	(327.590)	(333.145)
Transferência da reserva de reavaliação para outros resultados abrangentes	-	-	-	(92.158)	-	-	-	92.158	-	-
Saldos em 1º de janeiro de 2009 (ajustado)	503.842	9.262	7.886	-	7.715	2	106.471	97.440	(327.590)	405.028
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	(11.462)	11.462	-
Realização do custo atribuído ao imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	(238)	238	-
Créditos fiscais diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	4.033	4.033
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	251.149	251.149
Destinações propostas à Assembléia Geral Ordinária:										
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(38.903)	(38.903)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.609)	(17.609)
Constituição de reservas	-	-	-	-	10.877	76	-	-	(10.953)	-
Saldos em 31/12/2009 (reapresentado)	503.842	9.262	7.886	-	18.592	78	106.471	85.740	(128.173)	603.698
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	(10.357)	10.357	-
Realização do custo atribuído ao imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	(134)	134	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	197.693	197.693
Destinações propostas à Assembléia Geral Ordinária:										
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(48.702)	(48.702)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.051)	(3.051)
Constituição de reservas	-	-	-	-	9.885	-	18.373	-	(28.258)	-
Saldos em 31/12/2010	503.842	9.262	7.886	-	28.477	78	124.844	75.249	-	749.638

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades Anônimas, constituída com base na Lei nº 5.167, de 21 de dezembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 17.788, de 04 de fevereiro de 1966, e alterada pela Lei nº 13.435, de 05 de abril de 2010. A Companhia passou a operar de forma efetiva, a partir de 28 de março de 1966.

O Acionista Controlador da CORSAN é o Estado do Rio Grande do Sul, que detém 99,99% do capital votante e 91,56% do capital total e está vinculada à Secretaria Estadual de Habitação e Saneamento.

O objeto da Companhia é o de realizar a construção, a operação, a exploração mercantil e a ampliação de instalações concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários; a realização de estudos, pesquisas e projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais; bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas por lei, concernentes à atividade de prestação de serviços de saneamento básico e participação em outras sociedades.

Atua complementarmente às atividades dos Municípios sob regime de concessão pública, oferecendo neste contexto um serviço público essencial e de interesse local. É neste ambiente operacional, através de processos licitatórios que a Companhia conquista e atua em seus diferentes mercados das regiões do Rio Grande do Sul.

A Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007 estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e desta forma os serviços públicos

são prestados com base nos princípios fundamentais da universalização do acesso, integralidade, e maximização da eficácia das ações e dos resultados. Assim, a CORSAN realiza suas atividades de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente, respeitando a vida e os patrimônios público e privado. Por prestar serviço público essencial, está articulada com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante.

Visa a sustentabilidade econômica e a integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Atua em 315 municípios gaúchos com sistemas de abastecimento de água e concomitantemente, em 45 municípios com sistemas de coleta e tratamento de esgoto. Na maioria dos municípios as operações decorrem de Contratos de Concessões, destes há 36 cujos prazos expiraram em 31 de dezembro de 2010, sendo que todos estão em fase de negociação para renovação dos serviços concedidos, mediante Contratos de Programa previstos na legislação específica.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, originalmente preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras vigentes naquela data (BRGAAP antigo), estão sendo apresentadas para fins de comparação e contemplam os ajustes necessários para estarem de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro.

A reconciliação do patrimônio líquido e do resultado, bem como a descrição dos efeitos de transição das práticas contábeis brasileiras anteriormente adotadas no Brasil para o CPC/IFRS estão demonstradas na Nota 4.

Para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a data de transição foi considerada como sendo 1º de janeiro de 2009, sendo esta a data para a mensuração inicial e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria realizada em 24 de março de 2011.

2.1) Demonstrações financeiras consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas abrangem as da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN e sua controlada Companhia de Indústrias Eletroquímicas - CIEL, da qual a Corsan detinha 100% do capital social.

Em 29 de outubro de 2010 a CIEL foi incorporada pela CORSAN, sendo que as demonstrações financeiras foram consolidadas até a data da incorporação.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas foram adotadas as seguintes práticas contábeis:

- A Controladora e a Controlada adotam práticas contábeis uniformes para o registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais;
- Os saldos das contas patrimoniais e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas consolidadas foram eliminados.

2.2) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo de alta liquidez, utilizados para cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.3) Contas a receber de clientes

Inclui os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada rota de clientes.

2.4) Ativos financeiros – contratos de concessão

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

2.5) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Considerando a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas no passado, é calculada com base em critério técnico, segundo avaliação das contas a receber de usuários do serviço de água e esgoto. O valor provisionado é considerado suficiente para expectativa de perdas na realização dos créditos.

2.6) Estoques

Os materiais em almoxarifado destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto encontram-se classificados no ativo circulante. A avaliação está pelo custo médio de aquisição que não excede o custo de realização.

2.7) Investimentos

A participação na empresa controlada foi avaliada pelo método de equivalência patrimonial conforme CPC18 (IAS28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Os demais estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

2.8) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou construção.

A Companhia optou por avaliar os ativos de sua controlada CIEL (incorporada em 28 de outubro de 2010) a valor justo, denominado custo atribuído. No entanto não foi procedida a avaliação do ativo imobilizado da controladora pelo valor justo, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da controladora; (ii) o seu ativo imobilizado é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (iii) as estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado vem sendo revisada ao longo dos anos; e (iv) a controladora possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

Edifícios	25 anos
Máquinas	10 anos
Veículos	5 anos
Demais bens móveis	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado com base na diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Os juros e demais encargos financeiros, relacionados a financiamentos de bens do imobilizado em andamento, são apropriados ao custo de aquisição ou construção.

2.9) Instrumentos financeiros

Os principais ativos financeiros em 31 de dezembro de 2010 e 2009, e em janeiro de 2009 reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e/ou empréstimos e recebíveis.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. São classificados como empréstimos e financiamentos.

A Companhia não realizou, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, operações com características de derivativos, conforme definido na Instrução CVM nº 475/08. Não havia, em 1º de janeiro de 2009 operações desta natureza em aberto.

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria a valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, empréstimos e financiamentos, ativos financeiros e disponíveis para venda.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias:

Ativos e Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem instrumentos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas, reconhecidos na demonstração do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.10) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um

evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.11) Benefícios pós-emprego concedidos aos empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação CORSAN, cuja principal finalidade é a de manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O plano de benefícios da Fundação é do tipo "benefício definido" e a avaliação é procedida por atuário independente. De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 600 de 2009, a Companhia reconheceu no passivo não circulante os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência.

2.12) Impostos

Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o lucro real. Os tributos são contabilizados pelo regime de competência e as alíquotas utilizadas são de 15%, mais adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para contribuição social.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos sobre vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	1,65%

As vendas são apresentadas na demonstração de resultados pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida de vendas).

2.13) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(i) Prestação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e de serviços de irrigação não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

(ii) Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente interrelacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global, e; os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua.

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 Contratos de Construção, segundo o método de percentagem de conclusão (POC). O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico – financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida tomando-se como base as margens anuais contratadas, ou estimadas, conforme abaixo:

	2010	2009
Juros	3,14%	3,14%
Custos capitalizáveis (engenharia, supervisão de obras)	6,44%	6,44%
Materiais aplicados em obras	14,42%	14,42%
Serviços de engenharia contratados	2,22%	2,22%

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

2.14) Dividendos e Juros sobre o capital próprio

O valor dos juros sobre o capital próprio é registrado como despesa financeira e para fins de divulgação e adequação às práticas contábeis, a despesa referente aos respectivos juros é revertida da Demonstração do Resultado na linha de despesas financeiras para a conta de lucros ou prejuízos acumulados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. A Companhia imputou o valor líquido dos juros creditados a título de remuneração do capital próprio aos dividendos obrigatórios propostos calculados na forma da lei.

2.15) Demonstrações dos fluxos de caixa e valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. A demonstração de valor adicionado é apresentada de forma suplementar, em atendimento à legislação societária brasileira, elaborada de acordo com o CPC 09.

2.16) Ajustes a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita. Em 31 de dezembro de 2010, 2009 não há ativos e passivos que requereram o ajuste a valor presente, exceto o ajuste a valor presente dos ativos financeiros relacionados à concessão de serviços públicos.

2.17) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.18) Lucro líquido por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.19) Programa de participação nos resultados - PPR

No exercício são registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estes valores são calculados com base em indicadores e metas definidas pela Administração e apropriadas em contas específicas nos grupos de custos dos serviços, despesas comerciais e despesas administrativas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

2.20) Ativos intangíveis

Concessões

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os contratos de concessão são firmados com os municípios, sendo os contratos similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão.

Os contratos de concessão representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação controlada pela Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS – AGERGS, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão. A Companhia reconhece como um ativo intangível este direito de cobrar dos usuários durante o período de concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos conforme nota 2.13, e o valor do ativo financeiro – trazido a valor presente - referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2010, R\$ 368.890 como contas a receber do poder concedente (municípios), referentes ao montante esperado de recebimento ao final das concessões (R\$ 491.495 e R\$ 507.117 em 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009). Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelo custo médio ponderado de capital. Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos.

2.21) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Benefícios de Aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 22.

4. ADOÇÃO INICIAL DOS CPCs

Em todos os períodos anteriores, incluindo o ano fiscal findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas pela primeira vez, atendendo a totalidade dos Pronunciamentos Técnicos (CPC) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários, em convergência com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS, emitidas pelo IASB.

A Companhia estabeleceu a data de transição para a adoção das novas práticas contábeis como 1º de janeiro de 2009. A data de transição é definida como sendo o ponto de partida para a adoção das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, e representa a data-base em que a Companhia preparou seu balanço patrimonial inicial ajustado por esses novos dispositivos contábeis.

Com isso, na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e saldo de abertura em 01 de janeiro de 2009, foi necessário proceder a certos ajustes ou alterações na interpretação, avaliação, contabilização, apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Dessa forma, e tendo por objetivo preservar a comparabilidade entre os exercícios, as referidas demonstrações financeiras são apresentadas com os ajustes decorrentes das novas práticas contábeis, vigentes a partir da data de transição de 01 de janeiro de 2009.

Reconciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009, e resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009:

Saldo em 1º de janeiro de 2009 segundo as práticas contábeis brasileiras anteriores **738.173**

Passivo atuarial calculado conforme o disposto no CPC 33 - Benefícios a Empregados e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (480.592)
Revisão do valor justo do imobilizado da controlada na data da transição ao denominado "custo atribuído", conforme o disposto no CPC 27 - Imobilizado e no ICPC 10. 8.003
Revisão das estimativas de perdas conforme disposto no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (15.756)
Reconhecimento de passivo fiscal diferido sobre a reserva de reavaliação de terrenos, mantida no balanço patrimonial conforme permitido pela lei 11.638/07, em atendimento ao disposto no CPC 27 - Imobilizado. (10.837)
Imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sobre os efeitos da revisão do passivo atuarial, custo atribuído e estimativas de perdas mencionados acima, calculado em 34% sobre as diferenças temporárias geradas. 166.037

Efeito líquido decorrente da aplicação de novos critérios contábeis em 1º de janeiro de 2009 **(333.145)**

Saldo em 1º de janeiro de 2009 ajustado às novas práticas contábeis **405.028**

Saldo em 31 de dezembro de 2009 segundo as práticas contábeis brasileiras anteriores **903.235**

Passivo atuarial calculado conforme o disposto no CPC 33 - Benefícios a Empregados e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (484.775)
Revisão do valor justo do imobilizado da controlada na data da transição ao denominado "custo atribuído", conforme o disposto no CPC 27 - Imobilizado e no ICPC10. 7.642
Revisão das estimativas de perdas conforme disposto no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (20.054)
Revisão da contabilização dos contratos de concessão conforme o disposto no ICPC 01 - Contratos de Concessão e OCPC 05 - Contratos de Concessão 62.267
Reconhecimento de passivo fiscal diferido sobre a reserva de reavaliação de terrenos, mantida no balanço patrimonial conforme permitido pela lei 11.638/07, em atendimento ao disposto no CPC 27 - Imobilizado (10.837)
PASEP e COFINS diferidos apurados sobre os efeitos da revisão da contabilização dos contratos de concessão mencionada acima, calculada em 9,25% (2.505)
Imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sobre os efeitos da revisão do passivo atuarial, estimativas de perdas e adoção do ICPC 01 - Contratos de Concessão, mencionados acima, calculado em 34% sobre as diferenças temporárias geradas 148.725

Efeito líquido decorrente da aplicação de novos critérios contábeis em 31 de dezembro de 2009 **(299.537)**

Saldo em 31 de dezembro de 2009 reapresentado **603.698**

Lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 segundo as práticas contábeis brasileiras anteriores **217.541**

Passivo atuarial calculado conforme o disposto no CPC 33 - Benefícios a Empregados e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (4.183)
Revisão do valor justo do imobilizado na data da transição ao denominado "custo atribuído", conforme o disposto no CPC 27 - Imobilizado e no ICPC 10 (361)
Revisão das estimativas de perdas conforme disposto no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (4.298)
Contratos de concessão 62.267
Receita de construção 188.886
Custo de construção (181.629)
Ajuste a valor presente referente aos ativos financeiros 31.598
Amortização do intangível (61.826)
Estorno da depreciação apurada sobre ativos relacionados aos contratos de concessão 85.238
PASEP e COFINS diferidos apurados sobre os efeitos da revisão da contabilização dos contratos de concessão mencionada acima, calculada em 9,25% (2.505)
Imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sobre os efeitos da revisão do passivo atuarial, estimativas de perdas e adoção do ICPC 01 - Contratos de Concessão, mencionados acima, calculado em 34% sobre as diferenças temporárias geradas (17.312)

Efeito líquido decorrente da aplicação de novos critérios contábeis em 31 de dezembro de 2009 **33.608**

Lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 reapresentado **251.149**

Isenções

O CPC 37, Adoção inicial das normas internacionais de relatório financeiro, permite algumas isenções na aplicação retrospectiva dos requerimentos dos CPCs para o exercício findo em dezembro de 2010. A Companhia adotou as seguintes isenções na aplicação retrospectiva dos requerimentos dos CPCs:

- ICPC01: A Companhia, mediante aprovação de seu Conselho de Administração, considerou impraticável a aplicação retroativa do ICPC01, em função de mudanças ocorridas na Companhia, alterações ocorridas ao longo dos anos nos seus programas de investimentos. Adicionalmente, as concessões são de longa data, sendo os processos de obtenção de documentações para suportar as transações no início de cada concessão, de execução impraticável em função de alteração no quadro funcional, sistemas de dados entre outros.
- Benefícios a empregados: A Companhia decidiu por reconhecer os ganhos e perdas atuariais acumulados não reconhecidos anteriormente, na data de transição. Estes valores foram ajustados contra a conta de reserva de retenção de lucros e os respectivos impactos no resultado de 2009 também foram ajustados.

Na aplicação das normas, não foi necessário a aplicação de nenhuma outra isenção permitida.

5. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2011. A Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destes novos procedimentos e interpretações:

- IAS 24 Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte Relacionada (Revisada) - A versão revisada da IAS 24 simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração - A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

• IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo - Esta alteração visa a corrigir uma consequência involuntária da IFRIC 14. A alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

As seguintes normas e interpretações, novas e revisadas, entraram em vigor nos exercícios de 2010 e/ou 2009. A adoção não produziu impacto significativo nestas demonstrações financeiras, mas podem impactar a contabilização de transações ou contratos futuros:

- IAS 16 (ementa) - Ativo Imobilizado;
- IAS 19 (ementa) - Benefícios a Empregados;
- IAS 23 (ementa) - Custos de Empréstimos;
- IAS 32 (ementa) - Instrumentos Financeiros: Apresentação;
- IAS 38 (ementa) - Ativos Intangíveis;
- IAS 39 (ementa) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração;
- IFRS 2 Pagamento Baseado em Ações;
- IFRS 3 Combinações de Negócios (revisada);
- IFRS 5 - Ativos Não Correntes Destinados à Venda e Operações Descontinuadas;
- IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação;
- IFRIC 12 - Contratos de Concessão;
- IFRIC 13 - Programa de Fidelização de Clientes;
- IFRIC 17 - Distribuições de Ativos Não Monetários a Acionistas;
- IFRIC 18 - Transferência de Ativos de Clientes; e
- IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2009	01/01/2009
Caixa	3	6	1	6	1
Depósitos bancários	24.307	28.478	139.529	28.488	139.531
Aplicação de liquidez imediata	32.222	28.350	8.328	30.201	8.601
	56.532	56.834	147.858	58.695	148.133

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2009	01/01/2009
Contas a receber vencidas					
Particular	101.380	92.433	81.816	92.581	81.931
Pública	4.190	3.910	3.861	3.910	3.861
Contas a receber vencidas					
Particular	37.153	36.022	32.818	36.022	32.818
Pública	37.631	34.589	39.651	34.589	39.651
Receitas a faturar	41.127	42.004	37.818	42.004	37.818
Total de contas a receber	221.481	208.958	195.964	209.106	196.079
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(34.241)	(7.413)	(6.826)	(7.413)	(6.826)
	187.240	201.545	189.138	201.693	189.253

Os valores de contas a receber vencidos estão compostos da seguinte forma:

	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	Particular	Pública	Particular	Pública	Particular	Pública
Contas a receber vencidas						
Créditos vencidos - 01 a 30 dias	24.174	2.607	23.163	2.769	20.818	1.762
Créditos vencidos - 31 a 90 dias	5.404	2.291	4.311	4.432	4.378	2.713
Créditos vencidos - 91 a 180 dias	3.133	2.933	3.796	2.577	3.457	3.353
Créditos vencidos - 181 a 360 dias	855	4.554	1.240	1.776	963	7.303
Créditos vencidos - mais de 360 dias	3.587	25.246	3.512	23.035	3.202	24.520
	37.153	37.631	36.022	34.589	32.818	39.651

O saldo com o poder público corresponde ao faturamento pela prestação de serviços de água e esgoto para órgãos e autarquias dos poderes federal, estadual e municipal. As faturas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul têm sido liquidadas através de encontro de contas.

A conta receitas a faturar se refere aos serviços prestados e não faturados, com base no consumo médio de cada rota de faturamento, aplicado ao período entre a data da última leitura e o final do mês. Nota 2.13(i)

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída considerando as contas a receber de usuários particulares vencidas há mais de 180 dias e faturas referentes aos serviços de água e esgoto de órgãos públicos que apresentam risco de perda.

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Saldo no início do exercício	(7.413)	(6.826)	(7.413)	(6.826)
Adições	(27.219)	(587)	(27.219)	(587)
Reversões	391	-	391	-
Saldo no final do exercício	(34.241)	(7.413)	(34.241)	(7.413)

8. ESTOQUES

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2009	01/01/2009
Tubulações de água e esgoto	31.054	29.295	25.040	29.295	25.040
Materiais de tratamento/laboratório	1.528	1.521	871	2.074	1.817
Materiais diversos	5.223	3.504	2.937	3.512	2.974
	37.805	34.320	28.848	34.881	29.831

Na CORSAN, os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo, à manutenção de sistemas de água e esgoto e aplicação em investimentos. Os materiais destinados a aplicação em obras são classificados no intangível.

9. TRIBUTOS DIFERIDOS

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2009	01/01/2009
Ativo					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	320.888	335.404	308.431	335.404	308.431
Passivo					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	186.270	172.000	128.768	174.598	131.489
Pasep e cofins diferidos	7.833	4.549	1.188	4.549	1.188
	194.103	176.549	129.956	179.147	132.677

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

De acordo com a Instrução CVM nº 371/02 vêm sendo apropriados os créditos fiscais diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda pessoa jurídica, bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias. As bases destes créditos são as seguintes:

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2009	01/01/2009
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	20.446	41.003	68.841	41.003	68.841
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias:					
Passivo atuarial	492.274	526.076	524.235	526.076	524.235
Provisão para contingências	200.896	207.433	186.710	207.499	186.820
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	34.241	7.413	6.826	7.413	6.826
Provisões para perdas - diversas	48.720	-	-	-	-
Contribuições previdenciárias tributadas por regime de caixa	95.103	96.126	102.301	96.126	102.301
Reserva de reavaliação	(106.574)	(122.267)	(139.633)	(122.267)	(139.633)
Efeitos da adoção do ICPC01 - contratos de concessão	(129.842)	(62.267)	-	(62.267)	-
Encargos financeiros capitalizados	(218.399)	(231.175)	(243.958)	(231.175)	(243.958)
Variação cambial tributada por regime de caixa	(66.874)	(70.551)	(50.878)	(70.551)	(50.878)
Outras provisões e diferenças temporárias	(13.745)	9.215	(1.588)	1.508	(9.701)
Total das diferenças temporárias	335.800	360.003	384.015	352.362	376.012
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias	114.172	122.401	130.565	119.803	127.844
Imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos	-	-	(19.743)	-	(19.743)
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos - líquido	134.618	163.404	179.663	160.806	176.942
Classificados no ativo	320.888	335.404	308.431	335.404	308.431
Classificados no passivo	(186.270)	(172.000)	(128.768)	(174.598)	(131.489)

A CORSAN optou por adotar o regime tributário de transição - RTT, instituído pela Medida Provisória 449/08 convertida na Lei nº 11.941/09, anulando, assim, os efeitos tributários provenientes das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09. Desta forma, manteve-se a não tributação dos valores de doações governamentais para investimentos.

Conciliação alíquota efetiva

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	283.067	334.959	283.376	335.220
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(96.243)	(113.886)	(96.348)	(113.975)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	308	451	-	-
Diferenças permanentes referente a provisões indedutíveis	(6.800)	-	(6.800)	-
Juros sobre capital próprio	16.559	13.227	16.559	13.227
Incentivos fiscais	1.149	1.304	1.149	1.304
Revisão da estimativa de realização dos créditos tributários diferidos	-	15.710	-	15.710
Outras diferenças permanentes	(347)	(616)	(243)	(337)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(85.374)	(83.810)	(85.683)	(84.071)
Corrente	(59.185)	(63.518)	(59.494)	(63.902)
Diferido	(26.189)	(20.292)	(26.189)	(20.169)

b) COFINS e PASEP Diferidos

A Provisão para tributos diferidos de COFINS e PASEP é calculada com base no faturamento de órgãos públicos. Com base na legislação fiscal, tributos sobre faturamento a órgãos públicos são tributados quando do recebimento.

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO			
	31/12/2010		31/12/2009	
	COFINS	PASEP	COFINS	PASEP
Diferimento receita de órgãos públicos	1.882	408	1.679	365
Ajustes do RTT	4.554	989	2.058	447
Valor registrado no passivo	6.436	1.397	3.737	812
	7.833		4.549	

10. OUTROS CRÉDITOS

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2009	01/01/2009
Depósitos bloqueados	2.115	3.802	2.049	3.802	2.049
Créditos com prefeituras municipais	1.177	917	914	917	914
Créditos de empregados	3.962	3.972	3.195	3.972	3.195
Dividendos propostos pela controlada	-	298	28	-	-
Parcelamentos de créditos de clientes	3.556	3.620	3.612	3.620	3.612
Créditos com prefeituras municipais	3.192	2.177	3.020	2.177	3.020
Por serviços ou obras prestados a terceiros	1.357	610	274	610	274
Valores a compensar	1.907	80	2.180	162	2.228
Créditos diversos	6.472	717	1.237	767	1.261
	23.738	16.193	16.509	16.027	16.553
Circulante	16.574	10.143	9.014	9.961	9.040
Não circulante	7.164	6.050	7.495	6.066	7.513

11. ATIVOS FINANCEIROS - CONTRATOS DE CONCESSÃO

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2009	01/01/2009
Ativos financeiros	718.788	777.907	843.097	777.907	843.097
(-) Ajuste a valor presente	(349.898)	(286.412)	(335.980)	(286.412)	(335.980)
	368.890	491.495	507.117	491.495	507.117

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

Por força de decisão judicial da 3ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, sob o Processo nº 01197704164, a CORSAN fez a entrega para a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, conforme termo de entrega de serviços públicos concedidos, assinado entre as partes em 03/12/98, do sistema de abastecimento de água, equipamentos, instalações e o acervo vinculado e necessário aos referidos serviços. Em 14/12/98 por decisão do Superior Tribunal de Justiça foi sustado o cumprimento do mandado de intimação para entrega compulsória daqueles serviços, embora, já tivessem sido entregues. O saldo deste imobilizado em 31 de dezembro de 2010 totaliza R\$ 21.102 e foi reclassificado para o ativo financeiro quando da aplicação do ICPC 01.

12. PARTICIPAÇÃO EM EMPRESA CONTROLADA

O movimento da conta de investimentos em empresas subsidiárias está assim representado:

a) Informações da controlada

	Companhia de Indústrias Eletroquímicas - CIEL	
	31/12/2010	31/12/2009
Capital social	-	2.264
Patrimônio líquido	-	8.346
% de participação	-	100%
Quotas possuídas	-	2.149
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	907	1.088

b) Composição de investimentos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2009
Participação em empresas controladas	-	8.346	7.528	-
Outros investimentos	811	758	758	818
	811	9.104	8.286	818

c) Movimentação do investimento em controlada

	CONTROLADORA	
	31/12/2010	31/12/2009
Saldos no início do período	8.346	7.528
Dividendos recebidos	-	(298)
Reinvestimento de dividendos	298	28
Equivalência patrimonial	907	1.088
Incorporação	(9.551)	-
Saldos no final do período	-	8.346

A Companhia possuía participação acionária de 100% das ações da Companhia de Indústrias Eletroquímicas - CIEL. No dia 28 de outubro de 2010 foi realizada a Incorporação, pela CORSAN, de sua subsidiária integral, nos termos aprovados pela Lei Estadual nº 13.435 de 05 de abril de 2010 e pelas Assembleias Gerais de 26 de agosto de 2010. O Balanço Patrimonial levantado em 30 de setembro de 2010 foi utilizado na Incorporação.

13. IMOBILIZADO

CUSTO	Sistemas de Abastecimento de Água				Total do Imobilizado
	Sistemas de Esgoto	Bens de Uso Geral	Obras em Andamento		
Custo em 01/01/2009	-	22.190	209.240	129	231.559
Adições	-	-	15.098	-	15.098
Custo em 31/12/2009	-	22.190	224.338	129	246.657
Adições	-	-	36.501	657	37.158
Transferências	-	-	-	(639)	(639)
Custo em 31/12/2010	-	22.190	260.839	147	283.176
DEPRECIACÃO					
Saldo em 01/01/2009	-	(11.749)	(160.977)	-	(172.726)
Adições	-	(887)	(8.143)	-	(9.030)
Saldo em 31/12/2009	-	(12.636)	(169.120)	-	(181.756)
Adições	-	(886)	(9.483)	-	(10.369)
Saldo em 31/12/2010	-	(13.522)	(178.603)	-	(192.125)
Saldo Líquido em 01/01/2009	-	10.441	48.263	129	58.833
Saldo Líquido em 31/12/2009	-	9.554	55.218	129	64.901
Saldo Líquido em 31/12/2010	-	8.668	82.236	147	91.051

14. ATIVO INTANGÍVEL

CUSTO	Sistemas de Abastecimento de Água				Total do Intangível
	Sistemas de Esgoto	Bens de Uso Geral	Obras em Andamento		
Custo 01/01/2009	313.927	258.365	37.407	177.364	787.063
Adições	60.793	(17.768)	30.487	222.332	295.844
Baixas	(170)	-	(133)	(1.552)	(1.855)
Transferências	34.110	9.206	-	(43.316)	-
Reclassificações	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2009	408.660	249.803	67.761	354.828	1.081.052
Adições	17.501	250	6.656	292.403	316.810
Baixas	(100)	-	(16)	(543)	(659)
Transferências	24.123	15.857	396	(40.376)	-
Reclassificações	75.666	84.767	(7.804)	-	152.629
Saldo em 31/12/2010	525.850	350.677	66.993	606.312	1.549.832
AMORTIZAÇÃO					
Saldo em 01/01/2009	-	-	-	-	-
Adições	(39.016)	(14.977)	(16.862)	-	(70.855)
Saldo em 31/12/2009	(39.016)	(14.977)	(16.862)	-	(70.855)
Adições	(26.735)	(16.772)	(11.973)	-	(55.480)
Saldo em 31/12/2010	(65.751)	(31.749)	(28.835)	-	(126.335)
Saldo Líquido em 01/01/2009	313.927	258.365	37.407	177.364	787.063
Saldo Líquido em 31/12/2009	369.644	234.826	50.899	354.828	1.010.197
Saldo Líquido em 31/12/2010	460.099	318.928	38.158	606.312	1.423.497

15. SEGUROS

A Companhia não adota política de contratação de seguros para os seus ativos.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Indexador	Taxa de juros anual	Último vencimento
Banco do Brasil	TR	7,44%	31/03/14
Banco Nac. de Desenv. Econ. e Social - BNDES	TJLP	2,61%	15/04/23
BID - Projeto "Pró-Guaíba"	US DÓLAR	4,16%	26/07/20
Caixa Econômica Federal - CEF			
Caixa Econômica Federal - CEF	UPR*	6,08%**	17/02/30
Secretaria do Tesouro Nacional - STN	UPR*	8,27%**	28/12/15
PIMES - Progr. Integr. Melhoria Social	TR	11,00%	20/02/16
Prefeitura Municipal de Encantado	UPR*	6,00%	06/05/30
Prefeitura Municipal de Osório	UPR*	6,00%	04/08/30
Prefeitura Municipal de Torres	UPR*	6,00%	05/04/28

* UPR - Unidade Padrão de Referência: mesmo índice utilizado pela Caixa Econômica Federal para atualização do FGTS (TR)
** Ponderada

O financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID foi contratado com a finalidade de recuperação e gerenciamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba. Os financiamentos com a Prefeitura Municipal de Encantado, com a Prefeitura Municipal de Osório e com a Prefeitura Municipal de Torres foram contratados junto à Caixa Econômica Federal visando à construção e ampliação do esgotamento sanitário dos respectivos municípios. Os demais empréstimos e financiamentos foram destinados à ampliação e modernização dos sistemas de esgoto e abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da receita da CORSAN, até o limite das obrigações.

O montante do passivo não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:	Ano	
		Valor
	2012	76.640
	2013	68.041
	2014	29.685
	2015	15.835
	2016	14.488
	Após 2016	133.369
		338.058

17. FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2009
Fornecedores de materiais e serviços	105.478	98.610	62.348	98.091
Parcelamento - CEEE	-	-	265	-
Parcelamento - DMAE	13.110	15.467	19.600	15.467
Parcelamento - PROCERGS (Nota 24.d)	-	9.050	13.962	9.050
Parcelamento - Fundação (Nota 24.c)	14.975	-	-	-
	133.563	123.127	96.175	122.608
Circulante	113.836	111.716	79.556	111.196
Não circulante	19.727	11.412	16.619	11.412

O parcelamento com o DMAE refere-se à compra de água bruta para os Municípios de Eldorado do Sul e Viamão. Em 31 de dezembro de 2010, o montante dos compromissos com fornecedores, no não circulante, tem a seguinte composição por ano de vencimento:	Ano	
		Valor
	2012	7.268
	2013	6.020
	2014	2.273
	2015	2.273
	2016	1.893
		19.727

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES - PARCELAMENTOS

Imposto ou contribuição	Indexador	Taxa de juros	Último vencimento	CONTROLADORA E CONSOLIDADO				
				Circulante		Não Circulante		
				31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009
COFINS	SELIC	31/08/09	-	-	11.649	-	-	-
PASEP	SELIC	31/10/10	1	14.379	16.105	-	-	13.421
INSS	UFIR	1% a.m	20/04/13	1.131	1.094	1.056	1.509	2.552
				1.132	15.473	28.810	1.509	2.552

Em 31 de dezembro de 2010, os compromissos com impostos e contribuições evidenciados no não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:	Ano	
		Valor
	2012	1.132
	2013	377
		1.509

19. OUTROS DÉBITOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2009
Consignações a recolher	3.330	3.082	2.269	3.082
Depósitos e retenções contratuais	2.093	4.569	3.188	4.569
Outras contas a pagar	5.341	3.231	372	3.361
	10.764	10.882	5.829	11.012

20. CONTRATOS DE REPASSE DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO - OGU

Foram assinados contratos de repasse entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, o Estado do Rio Grande do Sul, cuja operacionalização se deu por intermédio da Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano, e a CORSAN, que têm por finalidade a ampliação do sistema de esgotamento sanitário de diversas localidades do Estado do Rio Grande do Sul. A CORSAN, na qualidade de interveniente executora, receberá os recursos financeiros para execução das obras e garantirá a contrapartida de cada contrato. Os valores serão transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação e montam R\$ 243.484. Será alocado pela Companhia o valor de R\$ 42.089 a título de contrapartida. Em 2010 e 2009, os valores repassados à CORSAN para investimento montam R\$ 66.042 e R\$ 55.759, respectivamente, conforme se demonstra a seguir:

Município	Valor contratado		Valor repassado em 2010	Valor repassado em 2009
	Repasse	Contrapartida		
Alvorada/Viamão	91.035	16.065	20.701	22.351
Cachoeirinha	491	130	54	-
Campo Bom	570	151	70	-
Canela	388	103	24	-
Canoas	34.170	6.030	16.216	12.230
Canoas - Projetos	910	241	363	-
Carazinho	4.449	500	59	977
Estância Velha	332	89	21	-
Esteio/Sapucaia do Sul	89.930	15.870	27.005	19.109
Gramado	206	55	13	-
Gravataí	760	201	186	-
Igrejinha	301	80	19	-
Nova Santa Rita	285	76	119	-
Parobé	293	78	36	-
Portão	190	51	120	-
Riozinho	166	45	36	-
São Francisco de Paula	253	68	28	-
São Gabriel	4.449	500	-	1.092
Sapiranga	253	68	43	-
Taquara	443	118	28	-
Três Coroas	261	70	33	-
Uruguaiana	8.900	1.000	-	-
Venâncio Aires	4.449	500	868	-
	243.484	42.089	66.042	55.759

	Circulante		Não Circulante		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009
	38.952	37.322	35.808	87.642	121.297
	964	-	-	71.846	35.945
	6.860	7.641	10.427	54.715	63.530
	37.801	21.688	19.922	96.563	103.155
	21.048	3.053	1.221	55.464	41.380
	16.753	18.635	18.701	41.099	61.775
	997	2.048	2.039	1.345	2.309
	146	3	-	1.080	184
	-	-	-	22.697	13.208
	128	-	-	2.170	-
	85.848	68.702	68.196	338.058	339.628

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões para contingências foram atualizadas e consideram o estágio atual dos processos judiciais em andamento, sendo classificadas no passivo não circulante, líquidas dos valores depositados judicialmente, conforme a expectativa de desembolso, na hipótese de sentença ou decisão desfavorável. Esses valores foram contabilizados conforme a expectativa de perda "provável", com base na opinião dos Administradores e da Superintendência Jurídica da Companhia.

A provisão para contingências é composta como segue:

	CONTROLADORA				
	Saldo em 31/12/09	Adições	Pagamentos Reversões	Despesas financeiras	Saldo em 31/12/10
Trabalhistas	135.390	103.715	(121.303)	3.702	121.504
Cíveis e fiscais	72.043	42.771	(18.016)	2.594	99.392
	207.433	146.486	(139.319)	6.296	220.896
(-) Depósitos judiciais	(148.617)	(57.329)	79.044	-	(126.902)
	58.816	89.157	(60.275)	6.296	93.994

	CONTROLADORA				
	Saldo em 01/01/09	Adições	Pagamentos Reversões	Despesas financeiras	Saldo em 31/12/09
Trabalhistas	147.830	46.444	(65.097)	6.213	135.390
Cíveis e fiscais	38.880	53.471	(22.515)	2.207	72.043
	186.710	99.915	(87.612)	8.420	207.433
(-) Depósitos judiciais	(91.063)	(113.160)	55.606	-	(148.617)
	95.647	(13.245)	(32.006)	8.412	58.816

As principais contingências provisionadas são:

Ações trabalhistas

a) Processo 01292.001/86-0 SINDIÁGUA - A origem do processo decorreu da implantação do Plano Cruzado em 1986, quando houve uma redução nominal dos salários pagos pela Companhia, na ordem de aproximadamente 11%, em virtude do imperativo legal que implantou o plano. O Sindicato entrou com uma ação, como substituto processual e ganhou a ação. Foi realizado um acordo parcial em 1989, onde os valores foram recompostos na folha de pagamento e os atrasados tiveram um acordo parcial, onde foram pagos os valores incontroversos. Para os valores controversos a ação continuou, estando atualmente em fase de liquidação. Essa provisão totaliza, em 31 de dezembro de 2010, R\$ 25.292 (R\$ 23.680 em 31/12/2009).

b) Outras reclamatórias trabalhistas - Estas se referem a reclamatórias movidas por empregados, ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados da Companhia e totalizam 3.900 ações. Em 31 de dezembro de 2010 a provisão referente a outras reclamatórias trabalhistas totaliza R\$ 96.212 (R\$ 111.710 em 31/12/2009).

Dentre as ações trabalhistas, existem aquelas com prognósticos de perdas possíveis para as quais a Companhia não constituiu provisão, no valor de R\$ 58.031 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 38.135 em 31/12/2009).

Ações cíveis e fiscais

a) Ação ENC Empreiteira/Andrade Gutierrez - Em setembro de 2009, foi contabilizada provisão no valor de R\$ 18.589, referente a processo de execução de sentença promovida em face da sentença proferida no feito 026/1.03.0001236-1 - ENC Empreiteira de Obras Ltda. versus CORSAN e Construtora Andrade Gutierrez S/A, na qual a demandada buscou a condenação da Construtora Andrade Gutierrez S/A ao pagamento de quantia atinente ao desequilíbrio econômico financeiro do contrato de subempreitada firmado pelas mesmas para a execução da obra de construção do projeto denominado Lago Dourado. Todas as decisões proferidas foram desfavoráveis à Construtora Andrade Gutierrez S/A, que foi condenada a ressarcir a referida demandante, sendo que a CORSAN deverá efetuar esse ressarcimento, em face da denúncia da lide proposta pela Construtora Andrade Gutierrez S/A. Foi depositado judicialmente em 01/10/09 para viabilizar a impugnação dos cálculos da exequente pela CORSAN, o montante de R\$ 31.041, salientando que apenas por cautelar efetuou o depósito em valor muito superior ao que a Companhia entende como devido, objetivando estancar a fluência dos juros moratórios e correção monetária. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia mantém provisão de R\$ 31.041.

b) Outras reclamatórias - As ações cíveis referem-se, em sua maioria, a reclamações de preços e/ou qualidade dos serviços, e transitam tanto no Juizado Especial Cível - JEC quanto na Justiça Comum Estadual. Num segundo patamar estão ações indenizatórias por danos ao patrimônio, ações de desapropriação, ações civis públicas, ações cominatórias, ações populares, entre outras. As ações fiscais referem-se, principalmente, à cobrança do uso do solo e de ISSQN por parte dos municípios. Ao todo a Companhia é parte em 492 ações para as quais está provisionado em 31 de dezembro de 2010 o montante de R\$ 67.249 (R\$ 39.907 em 31 de dezembro de 2009).

A Companhia, também, é demandada judicialmente em ações cíveis e fiscais para as quais não foram constituídas provisões, por terem prognósticos de perdas possíveis, no valor de R\$ 164.284 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 95.611 em 31/12/2009). Dessas ações, existem 880 ações ajuizadas pelo Ministério Público Estadual, Promotoria de Rio Grande, que montam R\$ 18.172.

22. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Plano de benefício definido	320.669	359.816	366.628
Sistema de assistência IPÉ-SAÚDE	57.988	54.732	51.504
Suplementação provisória de proventos "PAI/SPP"	113.617	111.528	106.103
	492.274	526.076	524.235

a) Plano de aposentadoria

O plano de benefícios "BD nº 001", é um plano de previdência complementar da modalidade de benefício definido administrado pela FUNCORSAN, destinado aos empregados e ex-empregados da patrocinadora CORSAN, tendo como objetivo complementar o salário real médio, sobre os quais incidirão contribuição para o plano, dos últimos anos de atividade em relação ao valor base do benefício atribuído pelo regulamento à previdência social (teto FUNCORSAN).

De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos participantes são os seguintes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, pecúlio por morte, auxílio-doença, pensão, auxílio-reclusão e abono anual.

Os benefícios, calculados com base na média das últimas remunerações dos participantes e no valor de referência do teto FUNCORSAN, são reajustados no mês de maio de cada ano, pelo indexador atuarial do plano (INPC).

Seguem os resultados da avaliação atuarial referentes à apuração do passivo (ativo):

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
(1) Obrigações atuariais	944.859	876.242	1.001.988
(2) Valor justo dos ativos do plano	(612.289)	(526.675)	(442.250)
(3) Valor presente das obrigações a descoberto (1+2)	332.570	349.567	559.738
(6) Perdas ou (ganhos) atuariais não reconhecidos	(148.483)	(182.581)	-
(5) Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido (3+4)	481.053	532.148	559.738
(6) Contratos de débitos do empregador com o plano	160.384	172.333	193.109
(7) Passivo atuarial provisionado (5+6)	320.669	359.815	366.629

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os anos de 2009 e 2010 foi a seguinte:

	2010	2009
(1) Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do ano	532.149	559.738
(2) Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	10.273	31.885
(3) Contribuições do empregador vertidas no ano	(61.369)	(59.474)
(4) Passivo/(ativo) atuarial líquido no final do ano (1+2+3)	481.053	532.149

A origem da despesa reconhecida durante o ano de 2009 e 2010 é explicada no quadro a seguir:

	2009	2010
(1) Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	17.136	14.687
(2) Contribuições esperadas de participantes	(21.632)	(29.177)
(3) Custo de juros sobre as obrigações atuariais	81.644	86.655
(4) Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano	(45.263)	(55.562)
(5) Custo de amortizações de (ganhos)/perdas atuariais	-	(6.330)
(6) Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	31.885	10.273

Política contábil para reconhecimento dos ganhos/perdas atuariais: os estudos atuariais apontam a movimentação de diversas variáveis (premissas) para os exercícios futuros. Essas projeções podem se concretizar ou não, fazendo com que, a cada reavaliação atuarial anual, sejam calculadas as diferenças entre os valores projetados e os que efetivamente ocorreram. As essas diferenças dá-se o nome de ganho ou perda atuarial.

b) Sistema de assistência à saúde IPE-SAÚDE

A cobertura relativa ao sistema de assistência é realizada através de contrapartida financeira estabelecida no "Termo de Contrato de Prestação de Serviços" celebrado entre a patrocinadora CORSAN e o IPE - Instituto de Previdência do Estado do RS.

A contrapartida financeira mensal da Companhia para o IPE-SAÚDE corresponde a 8,9% incidente sobre o salário de contribuição dos servidores vinculados à CORSAN. Pelo acordo coletivo da Companhia, fica garantido que 50% desse mesmo percentual serão extensivos aos servidores que estão em gozo de benefício de aposentadoria pela FUNCORSAN.

Seguem os resultados da avaliação atuarial referentes à apuração do passivo (ativo) a ser contabilizado:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
(1) Obrigações atuariais	58.849	55.113	51.504
(2) Valor justo dos ativos do plano	-	-	-
(3) Valor presente das obrigações a descoberto (1+2)	58.849	55.113	51.504
(6) Perdas ou (ganhos) atuariais não reconhecidos	861	381	**
(5) Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido (3+4)	57.988	54.732	51.504
(6) Contratos de débitos do empregador com o plano	-	-	-
(7) Passivo atuarial provisionado	57.988	54.732	51.504

** Considerado nulo, tendo em vista ser o ano de adoção das Normas Internacionais de Contabilidade

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os anos de 2009 e 2010 foi a seguinte:

	2010	2009
(1) Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do ano	54.732	51.504
(2) Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	5.635	5.275
(3) Contribuições do empregador vertidas no ano	(2.380)	(2.047)
(4) Passivo/(ativo) atuarial líquido no final do ano (1+2+3)	57.987	54.732

A origem da despesa reconhecida durante o ano de 2009 assim como a projeção da despesa a reconhecer nos anos de 2010 e 2011 são explicadas no quadro a seguir:

	2009	2010
(1) Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	103	111
(2) Contribuições esperadas de participantes	-	-
(3) Custo de juros sobre as obrigações atuariais	5.172	5.525
(4) Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano	-	-
(5) Custo de amortizações de (ganhos)/perdas atuariais	-	-
(6) Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	5.275	5.636

c) Suplementação provisória de proventos "PAI/SPP"

A CORSAN assegura um benefício de suplementação provisória de proventos aos participantes da FUNCORSAN, conforme estabelecido no Acordo Coletivo Intersindical 2009 - 2010.

Para o recebimento do benefício, o participante deve cumprir os seguintes requisitos, cumulativamente:

- Contar na data base de 01 de maio de 2005 com pelo menos 53 anos de idade. Os empregados que não possuem esta idade na data mencionada, deverão cumprir um período de trabalho adicional equivalente a 25% do tempo que faltaria para que completassem 53 anos de idade;
- Obter aposentadoria junto à previdência social e contar com pelo menos 10 anos de trabalho na Companhia na data de concessão do benefício;
- Ser participante da FUNCORSAN há pelo menos 06 anos;
- Estar desligado da Empregadora.

O valor da suplementação provisória paga pela Companhia consiste na diferença entre o salário-real-de-benefício, calculado conforme regulamento da Fundação caso o empregado já tivesse implementado todas as carências, e o valor do "teto base", respeitado o benefício mínimo, o abono de aposentadoria e o teto máximo (cinco vezes o teto base FUNCORSAN), previstos no regulamento.

Este benefício de caráter provisório é concedido apenas e enquanto o empregado não preencher todos os requisitos de concessão do benefício na FUNCORSAN.

Seguem os resultados da avaliação atuarial referentes à apuração do passivo (ativo) a ser contabilizado:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
(1) Obrigações atuariais	112.200	111.399	106.103
(2) Valor justo dos ativos do plano	-	-	-
(3) Valor presente das obrigações a descoberto (1+2)	112.200	111.399	106.103
(6) Perdas ou (ganhos) atuariais não reconhecidos	(1.417)	(129)	**
(5) Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido (3+4)	113.617	111.528	106.103
(6) Contratos de débitos do empregador com o plano	-	-	-
(7) Passivo/(ativo) atuarial a ser provisionado	113.617	111.528	106.103

** Considerado nulo, tendo em vista ser o ano de adoção das Normas Internacionais de Contabilidade

Para fins de registro contábil da CORSAN, a movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os anos de 2009 e 2010 foi a seguinte:

	2010	2009
(1) Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do ano	111.528	106.103
(2) Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	11.257	10.894
(3) Contribuições do empregador vertidas no ano	(9.169)	(5.469)
(4) Passivo/(ativo) atuarial líquido no final do ano (1+2+3)	113.616	111.528

A origem da despesa reconhecida durante o ano de 2009 assim como a projeção da despesa a reconhecer nos anos de 2010 e 2011 são explicadas no quadro a seguir:

	2009	2010
(1) Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	302	308
(2) Contribuições esperadas de participantes	-	-
(3) Custo de juros sobre as obrigações atuariais	10.592	10.949
(4) Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano	-	-
(5) Custo de amortizações de (ganhos)/perdas atuariais	-	-
(6) Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	10.894	11.257

d) Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções

Foi adotado o método da unidade de crédito projetada para calcular as obrigações atuariais, de acordo com premissas abaixo indicadas:

	2010	2009	2008
Econômicas e financeiras			
Taxa de desconto atuarial - real	6% a.a.	6% a.a.	6% a.a.
Taxa de desconto atuarial - nominal	10,24% a.a.	10,24% a.a.	10,24% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos - real	6% a.a.	6% a.a.	6% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos - nominal	10,24% a.a.	10,24% a.a.	10,24% a.a.
Taxa de crescimento salarial - nominal *	6,08% a.a.	6,08% a.a.	6,08% a.a.
Taxa de crescimento dos benefícios - nominal	4% a.a.	4% a.a.	4% a.a.
Inflação projetada	4% a.a.	4% a.a.	4% a.a.
Fator de capacidade	100,00%	100,00%	97,77%

* O crescimento salarial é projetado de forma linear até a idade de 54 anos, conforme identificado nos estudos sobre a adequação de premissas realizado durante o ano de 2009.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

Demográficas	2010	2009	2008
Tábua de mortalidade geral	AT 83 male	AT 83 male	AT 83 male
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 male	AT 49 male	AT 49 male
Tábua de entrada em invalidez	Light Média	Light Média	Light Média
Tábua de rotatividade	Não aplicado	Não aplicado	Não aplicado
Entrada em aposentadoria	100% na exigibilidade	100% na exigibilidade	100% na exigibilidade
Composição familiar	Experiência	Experiência	Experiência
	FUNCORSAN	FUNCORSAN	FUNCORSAN

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 503.842, conforme composição acionária a seguir:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total ações	Capital total (%)	Capital votante (%)	Ações preferenciais (%)
Estado do RS	203.659.006	169.321.006	372.980.012	91,56972301341	99,99999017966	83,13945584715
CADIP*	-	34.338.000	34.338.000	8,43026716626	-	16,86053433252
Pref. Mun. de Estrela	5	5	10	0,00000245508	0,00000245508	0,00000245508
Pref. Mun. de Carazinho	3	3	6	0,00000147305	0,00000147305	0,00000147305
Pref. Mun. de São Marcos	2	2	4	0,00000098203	0,00000098203	0,00000098203
Pref. Mun. de Muçum	2	2	4	0,00000098203	0,00000098203	0,00000098203
Pref. Mun. de Rosário do Sul	2	2	4	0,00000098203	0,00000098203	0,00000098203
Pref. Mun. de Lajeado	2	2	4	0,00000098203	0,00000098203	0,00000098203
Pref. Mun. de Quaraí	2	2	4	0,00000098203	0,00000098203	0,00000098203
Pref. Mun. de Cerro Largo	2	2	4	0,00000098203	0,00000098203	0,00000098203
Total	203.659.026	203.659.026	407.318.052	100,00000000000	100,00000000000	100,00000000000

* Caixa de Administração da Dívida Pública S.A

Em dezembro de 2009, foram transferidas 125.662.000 ações preferenciais nominativas de emissão da CORSAN, da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S/A – CADIP para o Estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia está autorizada a, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar seu capital social até o limite de R\$ 657.351, mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais. Dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, na forma prevista em lei.

Os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de capital

As reservas de capital compreendem doações de instalações e equipamentos de particulares e órgãos públicos. De acordo com a Lei nº 11.638/07, a partir de 2008, as referidas doações passaram a ser registradas no resultado do exercício, e após transitarem no resultado, as doações de órgãos públicos são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

c) Outros Resultados Abrangentes

A Companhia procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado nos exercícios de 1989, 1990, 1993 e 1994, cujo saldo líquido das respectivas baixas e depreciações monta R\$ 98.277 (R\$ 91.533 em 31/12/09 e R\$ 102.994 em 01/01/09). Em contrapartida foi constituída reserva de reavaliação no patrimônio líquido, sendo que a realização se dá através de depreciação e baixas dos respectivos bens. Em cumprimento à Deliberação CVM nº 183/95, os impostos incidentes sobre a referida reserva foram destacados em conta do passivo não circulante.

Foi realizada no exercício, transferindo-se para lucros acumulados, o montante de R\$ 10.357 (R\$ 11.462 em 2009), líquidos do imposto de renda e contribuição social, sendo que a realização se deu através de depreciação e baixas dos respectivos bens.

Com a aplicação do ICPC01 o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foram considerados como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009 e, a reserva de reavaliação, transferida para a conta de "outros resultados abrangentes".

d) Remuneração aos acionistas

O Estatuto da Companhia prevê que do lucro líquido apurado, 25% (vinte e cinco por cento) será destinado aos acionistas como dividendos, na proporção das ações que os mesmos possuírem. A ação preferencial possui prioridade na distribuição de dividendos no mínimo 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos a cada ação ordinária.

O valor dos dividendos obrigatórios é determinado com base no lucro líquido ajustado, conforme se demonstra a seguir:

Lucro Líquido do exercício de 2010	197.693
(-) Reserva Legal 5%	(9.885)
Base de cálculo para Dividendos	187.808

Os dividendos calculados por ação ordinária e preferencial são:

Dividendos Obrigatórios	Número de ações	Dividendo proposto	Dividendo por ação
Ações Ordinárias	203.659.026	23.476	0,11527
Ações Preferenciais	203.659.026	26.786	0,13109
Total	407.318.052	50.262	

De acordo com a Lei nº 9.249/95, a Companhia efetuou em 2010 o registro de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 48.702 (R\$ 38.903 em 2009 e R\$ 27.835 em 2008), utilizando como base a taxa de juros de longo prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido observado o limite de 50% do lucro antes do imposto de renda. Conforme previsto pela legislação fiscal, o valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e contribuição social.

Para fins de divulgação e adequação às práticas contábeis, a despesa referente aos respectivos juros foi revertida na Demonstração de Resultado na linha de despesas financeiras para a conta de lucros ou prejuízos acumulados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

A Companhia imputou o valor líquido dos juros creditados a título de remuneração do capital próprio aos dividendos obrigatórios, cujo demonstrativo dos dividendos propostos evidencia-se no quadro a seguir:

Dividendos Juros sobre o Capital Próprio	Total Dividendos	JSCP valor líquido	Dividendo complementar
Ações Ordinárias	23.476	24.351	-
Ações Preferenciais	26.786	23.735	3.051
Total	50.262	48.086	3.051

e) Reservas de lucros

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, à base de 5% (cinco por cento) do lucro líquido, estando limitada a 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais compreende as doações de instalações e equipamentos de órgãos públicos.

Reserva de retenção de lucros

A Administração propõe, sujeito a posterior aprovação da Assembleia Geral, a destinação do montante de R\$ 18.373 para constituição da reserva de retenção de lucros. Esse valor corresponde ao lucro remanescente apurado após as destinações para reserva legal, de incentivos fiscais e dividendos acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros acumulados.

Os recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, de sistemas de esgoto e desenvolvimento institucional de forma a atender aos projetos previstos no orçamento da Companhia, com base em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

24. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

a) Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações havidas entre a CORSAN e o Estado do Rio Grande do Sul, os saldos existentes são:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Contas de água e esgoto - Saldo a receber	15.745	21.200	21.389
Rendimentos SIAC - Saldo a receber	8.019	28.278	13.516
Juros sobre o capital próprio a pagar para o Governo do Estado	(46.588)	(1.991)	(45.112)
Juros sobre o capital próprio a pagar para a CADIP	(4.496)	(1.007)	(9.294)
Dividendos propostos a pagar para o Governo do Estado	(2.025)	(17.609)	(5.744)
Dividendos propostos a pagar para a CADIP	(1.026)	-	(6.541)

Criado pelo Decreto nº 33.959 de 31 de maio de 1991, o Sistema Integrado de Administração de Caixa no Estado – SIAC determina que os órgãos da Administração direta e indireta centralizem no Tesouro Estadual as disponibilidades de recursos em suas contas bancárias. Os recursos depositados são remunerados com base nos rendimentos dos títulos que compõe a Dívida Pública Estadual. O montante dos rendimentos em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 8.019 (R\$ 28.278 em 31/12/2009), tendo sido apropriados o valor de R\$ 4.132 em 2010 (R\$ 14.762 em 2009).

Em 2010, foram realizados dois encontros de contas entre a CORSAN e o Estado do Rio Grande do Sul, sendo o primeiro no mês de maio, no valor de R\$ 4.837 e o segundo no mês de dezembro, no valor de R\$ 4.596, envolvendo os seguintes itens:

- quitação, por parte do Estado junto à CORSAN, de faturas de fornecimento de água e/ou coleta/tratamento de esgoto;

- quitação, por parte da CORSAN junto ao Estado, das parcelas vencidas em janeiro e julho de 2010, de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Em 04/01/10, a Companhia recebeu do Estado do Rio Grande do Sul o valor de R\$ 15.047, referente a rendimentos do SIAC, do período de 29/09/06 a 27/01/09 e em 30/12/10, foi recebido o valor de R\$ 9.344 referente rendimentos do período de 28/01/09 a 10/08/09.

b) Fundação CORSAN – FUNCORSAN

b.1) Contratos de dívidas

Contratos	Indexador	Taxa de juros	Último vencimento	CONTROLADORA E CONSOLIDADO					
				Circulante		Não Circulante			
				31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Contrato 1298	INPC	6% a.a	31/03/18	2.689	2.520	2.414	12.076	12.837	13.664
Contrato 042001	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP-DI	12% a.a	31/01/11	1.468	16.271	16.031	-	393	13.858
Contrato 122001	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP-DI	6% a.a	21/12/20	13.151	12.147	11.969	86.763	86.739	91.608
Contrato 122005	(*)		01/12/18	3.945	3.694	3.819	40.292	37.732	39.747
				21.253	34.632	34.233	139.131	137.701	158.877

(*) O contrato 122005 é revisado anualmente através de cálculos atuariais.

	Ano	Valor
Os contratos referem-se a parcelamentos da reserva a amortizar e estão garantidos pela arrecadação da receita tarifária de água e esgoto até o limite das obrigações (principal e encargos).	2012	17.419
	2013	17.419
Em 31 de dezembro de 2010, o montante dos compromissos com a FUNCORSAN, no não circulante, tem a seguinte composição por ano de vencimento:	2014	17.419
	2015	17.419
	2016	17.419
	Acima de 2016	52.036
		139.131

c.1) Contas a pagar – Fundação CORSAN

O valor referente à compra do imóvel objeto do Instrumento Particular FC 070/2010, está registrado na rubrica fornecedores (vide nota 17), no montante de R\$ 14.975, o qual está sendo pago em 60 parcelas mensais, até julho de 2015, acrescidas de juros compensatórios de 7,5%, calculados pela Tabela Price, atualizados monetariamente de acordo com a variação acumulada do INPC/IBGE.

d) Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS

Os valores devidos à PROCERGS referem-se ao contrato de prestação de serviços na área de tecnologia da informação. Não existe mais saldo a pagar referente a parcelamentos (em 31/12/09, era de R\$ 9.050 no curto prazo, vide nota 17).

25. RECEITA OPERACIONAL

A CORSAN opera os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A receita líquida de serviços, apresenta a seguinte composição:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
		(Reapres.)		(Reapres.)
Serviços de abastecimento de água	1.317.078	1.220.223	1.317.078	1.220.223
Serviços de esgoto	73.556	68.651	73.556	68.651
Receita de vendas	51	-	2.781	551
Outras receitas de serviços prestados	2.152	164	2.152	164
Receitas de construção	316.127	188.886	316.127	188.886
Impostos e devoluções s/ receita serviços	(131.972)	(120.614)	(134.507)	(124.164)
	1.576.992	1.357.310	1.577.187	1.354.311

26. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2010	2009	2010	2009
Despesas por natureza		(Reapres.)		(Reapres.)
Pessoal	511.356	412.817	512.356	413.960
Materiais	80.788	75.148	77.962	68.370
Energia elétrica	121.498	118.498	121.537	118.544
Serviços de terceiros	132.328	113.007	132.674	113.395
Gerais	76.612	66.172	77.013	50.391
Depreciações e provisões	55.542	86.847	55.828	103.454
Custos de construção	305.504	181.628	305.504	181.628
Outras receitas/despesas operacionais	1.413	4.986	2.178	6.188
	1.285.041	1.059.103	1.285.052	1.055.930
Classificados como:				
Custos dos serviços	1.003.414	835.183	1.001.735	832.597
Despesas comerciais	66.333	40.828	66.391	40.868
Despesas administrativas	213.881	178.106	214.748	176.277
Outras receitas/despesas operacionais	1.413	4.986	2.178	6.188
	1.285.041	1.059.103	1.285.052	1.055.930

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Identificam-se a seguir as receitas e despesas financeiras referentes aos exercícios de 2010 e 2009:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2010	2009	2010	2009
		(Reapres.)		(Reapres.)
Receitas financeiras	57.236	91.992	57.363	92.085
Acréscimos por inadimplementos	18.097	15.974	18.097	15.974
Variações monetárias ativas	5.490	19.891	5.493	19.900
Receitas financeiras pela realização de AVP	17.151	31.598	17.151	31.598
Variações cambiais ativas	13.340	27.764	13.340	27.764
Outras receitas financeiras	3.158	(3.235)	3.282	(3.151)
Despesas financeiras	(66.120)	(55.240)	(66.122)	(55.245)
Juros e taxas sobre financiamentos internos	(24.192)	(27.152)	(24.192)	(27.152)
Juros e taxas sobre outras obrigações	(11.621)	(10.515)	(11.620)	(10.515)
Variações monetárias passivas	(21.531)	(14.490)	(21.531)	(14.490)
Variações cambiais passivas	(8.776)	(3.083)	(8.776)	(3.083)
Outras despesas financeiras	-	-	(3)	(5)
Resultado financeiro líquido	(8.884)	36.752	(8.759)	36.840

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos. Todas as operações são integralmente reconhecidas na contabilidade. As avaliações de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, bem como, gerenciamento de riscos estão relacionados a seguir:

a) Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2010, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- **Caixa e equivalentes de caixa** – está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil na data do balanço. As aplicações mantidas pela companhia são equivalentes de caixa, com risco insignificante de mudança de seus valores.
 - **Contas a receber** – decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, ajustadas por perdas estimadas para credores de liquidação duvidosa.
 - **Contas a pagar** - decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações cambiais e monetárias, quando aplicável.
 - **Empréstimos e financiamentos** – são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis na data do balanço.
- Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o valor dos principais instrumentos financeiros da Companhia são assim demonstradas:

	Valor contábil		Valor justo	
	2010	2009	2010	2009
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	56.532	56.834	56.532	56.834
Contas a receber de clientes	187.240	201.545	187.240	201.545
Passivos financeiros				
Instituições financeiras	423.906	408.330	423.906	408.330
Fornecedores	133.563	123.128	133.563	123.128

O valor justo dos instrumentos financeiros é apurado conforme descrito na Nota 2.9.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar instrumentos financeiros derivativos, tais como os contratos a termo, swaps, opções, futuros, swaps com opção de arrendimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos, derivativos exóticos e todas as demais operações com derivativos, independente da forma como sejam contratadas.

29. RECONCILIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS A SEREM AJUSTADAS COM OS EFEITOS DA ADOÇÃO DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

Em janeiro de 2011 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) deliberou que as companhias abertas que, até a data da apresentação das demonstrações financeiras do exercício social iniciado a partir de primeiro de janeiro de 2010, não tiverem rerepresentado os

	31/3/2010	30/6/2010	30/9/2010	31/3/2009	30/6/2009	30/9/2009
Lucro líquido do trimestre (anteriormente divulgado)	60.108	41.082	47.054	74.021	64.025	22.709
Passivo atuarial calculado conforme o disposto no CPC 33 - Benefícios a Empregados e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	10.112	10.112	10.112	(1.046)	(1.046)	(1.046)
Revisão do valor justo do imobilizado na data da transição ao denominado "custo atribuído", conforme o disposto no CPC 27 - Imobilizado e no ICPC 10	-	-	-	(90)	(90)	(90)
Revisão das estimativas de perdas conforme disposto no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	(1.308)	(1.308)	(1.308)	(1.075)	(1.075)	(1.074)
Efeitos da adoção do ICPC 01 - Contratos de Concessão	17.035	16.668	16.863	13.801	15.151	16.282
Receita Construção	77.362	77.946	73.819	21.797	31.255	56.122
Custo construção	(74.828)	(75.413)	(71.001)	(20.836)	(30.158)	(53.786)
Estorno depreciação	21.123	21.129	21.228	21.386	21.264	21.362
Amortização	(10.953)	(11.653)	(11.390)	(17.201)	(15.183)	(14.763)
Receita financeira realização do ajuste a valor presente	4.331	4.659	4.207	8.655	7.973	7.347
PASEP e COFINS diferidos apurados sobre os efeitos da revisão da contabilização dos contratos de concessão mencionada acima, calculada em 9,25%	-	-	-	(626)	(626)	(626)
Imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sobre os efeitos da revisão do passivo atuarial, estimativas de perdas e adoção do ICPC 01 - Contratos de Concessão, mencionados acima, calculado em 34% sobre as diferenças temporárias geradas	(8.785)	(8.660)	(8.727)	(3.728)	(4.187)	(4.572)
Lucro líquido ajustado	77.162	57.894	63.994	81.257	72.152	31.583

seus ITR de 2010, deveriam incluir nessas demonstrações anuais nota explicativa evidenciando, para cada trimestre de 2010 e 2009, os efeitos no resultado e no patrimônio líquido decorrentes da plena adoção das normas de 2010. Os efeitos oriundos da adoção dos CPCs estão demonstrados a seguir:

	31/3/2010	30/6/2010	30/9/2010	31/3/2009	30/6/2009	30/9/2009
Patrimônio líquido (anteriormente divulgado)	951.167	980.074	1.019.996	802.322	856.418	869.599
Passivo atuarial calculado conforme o disposto no CPC 33 - Benefícios a Empregados e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	(474.664)	(464.553)	(454.442)	(481.638)	(482.684)	(483.730)
Revisão do valor justo do imobilizado da controlada na data da transição ao denominado "custo atribuído", conforme o disposto no CPC 27 - Imobilizado e no ICPC 10	7.642	7.642	7.642	7.913	7.823	7.733
Revisão das estimativas de perdas conforme disposto no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	(18.746)	(17.438)	(16.130)	(16.831)	(17.906)	(18.980)
Reconhecimento de passivo fiscal diferido sobre a reserva de reavaliação de terrenos, mantida no balanço patrimonial conforme permitido pela lei 11.638/07, em atendimento ao disposto no CPC 27 - Imobilizado	(10.837)	(10.837)	(10.837)	(10.837)	(10.837)	(10.837)
Efeitos da adoção do ICPC 01 - Contratos de Concessão	17.035	16.668	16.863	13.801	15.151	16.282
PASEP e COFINS diferidos apurados sobre os efeitos da revisão da contabilização dos contratos de concessão mencionada acima, calculada em 9,25%	-	-	-	(626)	(626)	(626)
Imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sobre os efeitos da revisão do passivo atuarial, estimativas de perdas e adoção do ICPC 01 - Contratos de Concessão, mencionados acima, calculado em 34% sobre as diferenças temporárias geradas	159.369	155.612	151.663	162.310	162.602	162.969
Patrimônio líquido ajustado	630.966	667.168	714.755	476.414	529.941	542.410

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2010.

Luiz Ariano Zaffalon
Diretor Presidente
CPF nº 168.000.440-91

Nilo Moraes
Diretor Administrativo, Financeiro e de
Relações com Investidores
CPF nº 115.225.930-04

Eduardo Barbosa Carvalho
Diretor Técnico
CPF nº 414.119.780-72

Paulo Ricardo Rodrigues de Medeiros
Diretor de Operações
CPF nº 269.440.060-49

Luiz Ricardo Salgado Bragança
Diretor Comercial
CPF nº 207.507.570-00

Sérgio Luiz Klein
Diretor de Expansão
CPF nº 269.098.390-72

Sávio Fernando Scherer
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/RS nº 054241/O-0
CPF nº 269.098.390-72

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil - somente nos casos em que não houver diferenças entre as duas práticas contábeis.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.7, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 24 de fevereiro de 2010, que não conteve qualquer modificação.

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2010, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa nº 4, que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2009. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2009 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações financeiras de 2009 tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 24 de março de 2011.

ERNST & YOUNG TERCO

Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP15199/0-6/F-RS

Luis Carlos de Souza
Contador CRC-1SC021585/O-4/S/RS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

“Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, abaixo firmados, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis comparativas, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2010, e Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício. O Conselho Fiscal delibera favoravelmente à aprovação dos referidos documentos pela Assembleia Geral Ordinária da CORSAN. Porto Alegre, 25 de Março de 2011. Lério José Machado, Vanderlei Kuhn, Sedinei Zen.”. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão lavrando-se esta ata que, depois de lida, será assinada pelos senhores Conselheiros.

LÉRIO JOSE MACHADO

VANDERLEI KUHN

SEDINEI ZEN

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os abaixo-assinados, membros do Conselho de Administração da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis e a Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício referente ao exercício findo em trinta e um de dezembro de dois mil e dez, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e considerando os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, deliberam favoravelmente sobre os referidos documentos e propõem sua aprovação por parte dos Acionistas da Companhia.

Porto Alegre, 28 de março de 2011

Marcel Martins Frison
Presidente do Conselho

Arnaldo Luiz Dutra
Conselheiro

Joel de Mello e Araújo
Conselheiro

Oswaldir Ribeiro de Souza
Conselheiro

Tarso Antonio Bastiani
Conselheiro

